

MESTRADO EM HISTÓRIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

**A CIÊNCIA E OS DEBATES DA FILOSOFIA
CONTEMPORÂNEA**

“INQUISIÇÃO E CRISTÃOS-NOVOS”

A. J. Barros Veloso

Junho de 2004

CONTROVÉRSIA – “INQUISIÇÃO E CRISTÃOS-NOVOS”

Entre Maio e Setembro de 1971, o “Diário de Lisboa” publicou os textos de uma polémica entre António José Saraiva e Israel Révah suscitada pelo livro “Inquisição e Cristãos-Novos”. Nas páginas que se seguem serão analisadas, 33 anos depois, algumas das questões e dos argumentos centrais dessa polémica.

INTERVENIENTES

1. ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA

Nascido em 1917 em Leiria, licenciou-se na Faculdade de Letras de Lisboa, sendo autor de uma obra volumosa dedicada à literatura e à cultura portuguesas.

Escreveu sobre Bernardim Ribeiro, Gil Vicente, Camões, Garrett, Alexandre Herculano e Eça de Queiroz, sendo particularmente importantes as suas obras sobre a cultura portuguesa (“Para a História da Cultura em Portugal” e a “História da Cultura em Portugal”).

Em colaboração com Óscar Lopes, é autor de uma “História da Literatura Portuguesa” que constitui um importante livro de consulta.

Escreveu ainda um livro de reflexão política sobre o Maio de 68 em França intitulado “O Maio de 68 e a Crise da Revolução Burguesa”.

Em 1955 publicou “A Inquisição Portuguesa” que iria constituir a estrutura básica de um outro livro mais extenso e, sobretudo, mais comprometido ideologicamente que apareceria 14 anos mais tarde com o título “Inquisição e Cristãos-Novos”.

Face a esta intensa actividade editorial e à reconhecida qualidade dos seus escritos, António José Saraiva tornar-se-ia uma importante referência da cultura portuguesa do século XX.

Além da sua actividade como ensaísta destacou-se também pela oposição militante ao Estado Novo e a Salazar. Esta atitude iria conduzi-lo a uma aproximação ao partido comunista no qual chegaria a filiar-se por estar convencido que esta seria a forma mais eficaz de contribuir para derrubar o regime e restaurar as liberdades políticas em Portugal. Durante este período foi um seguidor da doutrina marxista e do materialismo histórico cuja influência está patente em muitas das suas obras.

O relatório de Khrushchev ao XX Congresso do Partido Comunista e a intervenção soviética em 1956 na Hungria, levam-no a abandonar o partido em 1962. O seu estilo rebelde de livre pensador e amante das liberdades individuais, conduzem-no a um afastamento progressivo das suas posições iniciais acabando por ser duramente criticado por antigos companheiros de luta. Em livros mais tardios como os “Filhos de Saturno” e “O que é a Cultura?” está patente a profunda viragem ideológica da última fase da sua vida.

2. ISRAEL SALVADOR RÉVAH

Nascido também em 1917, fez os seus estudos universitários em França e, como membro da École des Hautes Études Hispaniques, dedicou-se ao estudo dos problemas dos judeus em Portugal. Além de professor do Collège de France, foi bolseiro do Instituto de Alta Cultura, sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa e membro da comissão redactorial da Revue des Études Juives.

Estudioso da literatura medieval portuguesa, publicou vários livros sobre a obra de Gil Vicente e era um profundo conhecedor das questões relacionadas com a comunidade judaica em Portugal.

PONTO DE PARTIDA DA CONTROVÉRSIA

O ponto de partida desta controvérsia foi o livro “Inquisição e Cristãos-Novos” de A. J. Saraiva publicado em 1969, cujo rápido sucesso levou a que só nesse ano tivessem saído três re-edições.

Em 1955 o autor publicara já um outro livro, “Inquisição Portuguesa”, bastante mais pequeno e menos ambicioso, em que pretendia “*contribuir para a revisão das ideias correntes acerca das causas, função e consequências da Inquisição*”. A escolha dos dados aí apresentados permitia já antever as ideias do autor acerca do significado histórico e político da Inquisição. Mas esta primeira abordagem era mais factual do que ideológica.

O livro de 1969 decalca a estrutura do primeiro. Contudo, o seu conteúdo ideológico, desenvolvido de uma forma clara e desinibida, dá forma à tese que servirá de base a esta controvérsia.

A tese é a seguinte: A Inquisição em Portugal não foi mais do que um episódio da luta de classes entre a aristocracia tradicional que detinha o poder e a burguesia mercantil em ascensão. Nesta tese está, portanto, implícita a convicção de que as classes sociais tendem cada vez mais a caracterizar-se pela sua função económica e pela forma de apropriação de riqueza.

Trata-se de uma formulação que pode parecer simplista. Mas A. J. Saraiva não é ingénuo e apercebe-se não apenas da complexidade como também da dinâmica de uma realidade que evolui e se transforma ao longo do tempo. Vejamos então, em linhas gerais, como é que ele interpreta e utiliza os dados históricos que tem ao seu dispor.

CONTEXTO HISTÓRICO NA PERSPECTIVA DE A. J. SARAIVA

O problema dos cristãos-novos tem a sua primeira fase quando D. Manuel I, pressionado pelas alianças políticas, se vê forçado a expulsar oficialmente

os judeus de Portugal. Porém, como ao mesmo tempo reconhece o importante papel que desempenham na economia do Reino, toma em 1496 e 1497 algumas medidas tendentes a impedir a sua saída: força-os ao baptismo e suspende as inquirições religiosas. Muitos judeus abandonam o país, mas os cristãos-novos (que não são mais do que judeus convertidos à força) permanecem e vão ser progressivamente sujeitos a um processo lento de assimilação que numa fase inicial poderá até não ter sido totalmente sincera.

Nesta altura os confrontos sociais dão-se entre esta nova classe média convertida (que incluía parte da alta burguesia, artesãos, comerciantes e intelectuais) e uma fracção da classe média cristã tradicional, aliada à “gente miúda”. Esta última, movida pela inveja, deixa-se manipular pelo baixo clero que via fugir o seu ascendente intelectual, agora disputado pelos cristãos-novos possuidores de um elevado grau de instrução. Exemplos desta situação são os violentos episódios de perseguição aos judeus em Lisboa (1506) e Santarém (1531) que tiveram como pretexto um suposto milagre durante um surto de peste, num caso, e um terramoto, noutra caso. Estas movimentações sociais, instigadas pelo baixo clero, irão ser reprimidas duramente pelo Rei, o que mostra que a aristocracia se mantinha nessa altura completamente alheia a elas.

A segunda fase surge quando, depois de um período de grande insistência junto do Vaticano, D. João III consegue, em 1536, introduzir a Inquisição em Portugal 35 anos depois da conversão forçada dos judeus.

Para A. J. Saraiva esta medida nada teve a ver com um problema étnico ou religioso: muitos judeus tinham já abandonado o Reino e dos que tinham ficado só uma minoria mantinha práticas cripto-judaicas; a maioria, encontrava-se num processo de progressiva assimilação. O que justificou então esta medida tão radical?

A empresa ultramarina dos descobrimentos portugueses tinha sido sempre um monopólio da Coroa. Os beneficiários deste empreendimento eram recrutados inicialmente entre os membros da nobreza tradicional, quer como funcionários quer como accionistas. Porém, à medida que o volume dos negócios ia aumentando e adquiria uma escala mundial, assistia-se a um crescimento da burguesia mercantil que através da sua capacidade empreendedora ou dos arrendamentos que lhe eram entregues pela Coroa, se apoderava de actividades muito lucrativas como era o caso do comércio dos escravos e da pimenta.

Como entretanto a aristocracia tradicional não se mostrava capaz de gerar no seu seio uma verdadeira mentalidade burguesa, surgiram no país dois sectores: o público, ocupado por essa aristocracia que orbitava à volta dos favores da Coroa, e o privado, controlado por uma burguesia mercantil empreendedora.

Além disso a abolição da casta de párias constituída pelos judeus, não só contribuíra para criar uma igualdade de estatuto jurídico com reflexos económicos, como iria ter consequências ideológicas que se traduziram na destruição de um dos pilares em que se apoiava a hierarquia tradicional dos privilégios. O resultado foi um aumento dos conflitos de interesses entre a aristocracia e os cristãos-novos.

Acontece que a partir da terceira década do século XVI se assistiu a um crescente aumento de dificuldades do monopólio real em resultado do elevado custo das armadas, dos ataques dos piratas aos navios portugueses e dum grande número de naufrágios. Ao mesmo tempo verificava-se uma prosperidade crescente da burguesia mercantil.

Todos estes factos iriam alimentar e empolar a luta entre a aristocracia tradicional e a burguesia mercantil que, no essencial, se irá manter durante mais de dois séculos de Inquisição, embora com importantes oscilações na correlação de forças entre a Coroa, o Santo Ofício dominado pelos dominicanos e a Companhia de Jesus.

Só com o Marquês de Pombal será desferido o golpe final e certo na Inquisição através de um conjunto de diplomas que suprimiriam a discriminação entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Em 1768 são anuladas e destruídas as listas de cristãos-novos que tinham contribuído para o preço dos perdões gerais, desaparecendo desta forma os únicos documentos em que se fundamentava a classificação de cristão-novo. Em 1773 são suprimidas as provas de limpeza de sangue para os cargos públicos e honrosos e é condenada “a sediciosa e ímpia distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos”. Finalmente em 1774 são proibidos os autos de fé públicos ficando a pena de morte reservada para casos excepcionais. Em consequência destas medidas verificou-se uma viragem súbita em relação ao problema dos cristãos-novos: enquanto que nos 50 anos do século XVIII anteriores à década de 60 tinham sido registados centenas de judaizantes confessos, depois dessa data não se encontra registado um único caso.

P1

É a partir desta visão histórica que se estrutura a tese do *proponente*, A. J. Saraiva, segundo a qual a Inquisição portuguesa se inscreve numa lógica de luta de classes. Os argumentos que apresenta são de dois tipos.

Análise macro:

1. A Inquisição surgiu em Portugal sem que acontecimentos novos ou importantes a fizessem prever ou justificar. É por isso uma decisão arbitrária e política. Na ausência de questões étnicas ou religiosas de peso, só os conflitos de interesses entre classes sociais poderia explicar uma tal medida.

2. As leis pombalinas que na prática acabaram com a Inquisição só são possíveis porque, com o governo de Pombal, sobe ao poder a burguesia mercantilista que crescera em luta com a sociedade tradicional: a partir desse momento o mito dos cristãos-novos desvanece-se sem deixar rasto.

Análise micro:

1. As regras do processo inquisitorial eram incompatíveis com uma verdadeira imparcialidade e levavam automaticamente à condenação de inocentes.

2. Era dada grande importância à “*mise-en-scène*” para impressionar o “povo”, ou seja, a opinião pública.

3. A Inquisição torna-se um instrumento de discriminação de pessoas, uma autêntica “fábrica de judeus”, ao aplicar o direito canónico a uma realidade social que já não existia e confundindo voluntariamente cristãos-novos com judeus. Por isso o número de suspeitos aumenta com o tempo e as pessoas discriminadas passam a estar à mercê da finalidade e da estratégia inquisitorial.

4. Em textos do século XVII “gente da nação”, “cristãos-novos” e “homens de negócios” são expressões usadas como sinónimos, o que mostra que quem a Inquisição perseguia era de facto a “burguesia mercantil portuguesa”. Documentos da mesma época contrapõem a “gente rica, mas vil e espúria” aos “cristãos legítimos” e consideram que o burguês perturba a ordem social instituída por Deus: “Deus fez o Homem mas o burguês fez-se a si próprio”. Desta forma o conceito de cristão-novo não é étnico nem religioso mas puramente ideológico e insere-se no processo de luta do grupo tradicional que detém o poder, contra um processo de transformação que, a prazo, o condenará.

Para Saraiva as coisas são claras: A Inquisição foi um instrumento ao serviço da aristocracia para aniquilar a burguesia mercantil. Só quando esta tomou finalmente o poder, a Inquisição deixou de ter razão de existir.

Mas para dar credibilidade à sua tese era necessário acrescentar mais um importante argumento que surge logo na nota inicial do livro. Os inquisidores eram simultaneamente *juízes e parte*, não só dos processos individuais como também daquilo a que chama o Tribunal da História. O seu papel era convencer o público de que a heresia judaica ameaçava subverter a sociedade cristã. Por isso a documentação existente na Torre de Tombo é toda ela de fabrico inquisitorial. Quem tomar à letra os documentos emanados da Inquisição, corre o risco de se perder no meio de um labirinto de que só sairá quando entender a intencionalidade que presidiu à formação dos arquivos inquisitoriais: os documentos são *autênticos* mas não são necessariamente *verdadeiros*.

O1

Em 1971 Révah, o *oponente*, dá uma longa entrevista que será publicada em dois números do Diário de Lisboa na qual critica o livro de A. J. Saraiva. Instala-se assim a polémica que, como acontece muitas vezes, não tem um carácter “puro”, uma vez que contem elementos de “disputa” e de “controvérsia”.

O que domina a primeira fase da entrevista é a “disputa”. De início Révah não parece mostrar grande interesse pela apresentação de provas ou argumentos que convençam: procura ganhar a batalha, aniquilar o opositor através do insulto, tentando desacreditá-lo. Para ele, o livro não passa de um libelo demagógico contra a Inquisição e acusa o seu autor de incompetência. Saraiva não passaria de um ensaísta apressado, polémico e pretensioso, que defende teses ridículas, oculta dados, e faz afirmações gratuitas. Fala de um assunto que não conhece nem investigou e que ele, Révah, pelo contrário, conhece em profundidade na medida em que estudou “*cerca de um milhar de processos dos séculos XVI e XVII*”. Começa por disparar sobre Saraiva todo o fogo das suas baterias com o objectivo de reduzir o seu oponente ao silêncio e a impressionar o auditório. Mas no meio de todos estes insultos vai avançando argumentos.

Análise macro

1. A tentativa de explicar toda a história da humanidade através da luta de classes, tal como Saraiva pretende fazer, traduz uma visão demasiado simplista e revela maior preocupação pelo dogmatismo ideológico que varia com o tempo, do que com a investigação e a interpretação dos documentos históricos.
2. Não é legítimo que Saraiva faça afirmações acerca da condenação de inocentes e dos vários aspectos escandalosos da justiça inquisitorial sem se ter dado ao trabalho de consultar um único processo dos Arquivos. As suas afirmações não estão fundamentadas na investigação de factos históricos obtidos através da análise de documentos.

Révah com este último argumento amplia o objectivo inicial da controvérsia (*é legítimo interpretar a História à simples luz da luta de classes?*) para atingir outro tema, este situado no campo da historiografia: “Como é que deve ser feita a História? Qual é o verdadeiro método histórico?”

Aqui está uma das características das controvérsias as quais nunca são “localizadas”: a partir de um problema específico atingem rapidamente outros níveis de questionamento. Para além da questão ideológica, a questão historiográfica passa a ser o outro objecto central desta controvérsia.

E é ainda no campo historiográfico que Révah contesta a desvalorização que Saraiva faz dos processos da Inquisição sem a qual não conseguiria tornar a sua tese verosímil. Ao considerá-los como um produto elaborado para justificar a existência do Santo Ofício, ao classificá-los como *autênticos* mas não *verdadeiros*, Saraiva estaria afinal a ridicularizar os historiadores que, durante vários séculos, se teriam assim deixado iludir por eles.

Análise micro

Révah procura também contrapor argumentos a cada uma das afirmações de que Saraiva se serve para fundamentar a sua tese. Vejamos alguns deles.

1. Em 1531 o processo de assimilação dos cristãos-novos era ainda muito reduzido.
2. O grupo étnico-religioso dos cristãos-novos era muito complexo persistindo, em muitas famílias, a fé e as práticas cripto-judaicas.
3. Desde o século XV ao século XXIII continuaram a sair de Portugal milhares de judeus.
4. A adesão ao judeísmo após a expatriação foi muito alta o que mostra que a conversão dos cristãos-novos não era sincera.
5. Em pleno século XX foram encontrados em Portugal grupos cripto-judeus com homogeneidade étnica e religiosa.
6. Muitos dos perseguidos pela Inquisição eram pobres e não pertenciam à burguesia mercantil abastada.
7. Uma burguesia mercantil triunfante só existiu em Portugal entre os reinados de D. João III e D. Pedro II; no tempo do Marquês de Pombal já não existia.

Révah adopta desde o início uma dupla estratégia. Por um lado usa argumentos *ad nominem* com os quais procura pôr em causa a competência e a honestidade intelectual de Saraiva. Por outro lado usa argumentos de autoridade que se baseiam nas suas pesquisas de arquivo e na única concepção historiográfica que considera válida.

P2

A resposta de Saraiva a **O1** tem dois momentos distintos. **(1)** O primeiro é uma carta que surge no mesmo número do Diário de Lisboa em que Révah publicou a primeira parte da sua entrevista (Saraiva conhecia-a já na íntegra porque lhe fora enviada pela redacção do jornal). **(2)** A segunda é uma longa resposta aos argumentos de Révah em forma de diálogo entre dois personagens fictícios e que só foi publicada um mês e meio depois.

(1) Na carta, Saraiva coloca-se claramente no terreno da “disputa” tentando responder, num tom porventura ainda mais violento, aos insultos de Révah.

Começa por colocá-lo entre aqueles a que chama “contraditores obtusos” e considera a entrevista uma “mexerufada”, “um emaranhado confuso” com erros de gramática. Aponta-lhe a pobreza de imaginação e o “rancor estrangulado que se esconde debaixo do seu pretense ardor pela verdade científica”.

Utiliza depois alguns “estratagemas” para diminuir o seu opositor, a saber: reconhecendo que Révah fez no passado “*alguns trabalhos limitados mas meritórios*”, considera que o seu estado emocional, patente na entrevista, lhe afectou a inteligência; acusa-o de transformar em argumentos coisas que ele próprio, Saraiva, já teria dito; lembra-lhe que a autoridade que a si próprio atribuiu por ter estudado 1000 processos inquisitoriais, não lhe permite, para ser coerente com o seu critério, discutir ideias gerais sobre a Inquisição porque, sendo 30000 os processos da Torre de Tombo, ainda lhe faltariam estudar mais 29000. Aqui tenta voltar um argumento de Révah contra ele próprio.

Mas a partir daqui, Saraiva volta-se para a questão central da controvérsia a qual tem a ver com duas concepções diferentes de fazer história. Tentando neutralizar o opositor, desvalorizando a sua argumentação, reconhece sem dificuldade que nunca fez “*investigação arquivística porque essa não é a sua especialidade*”. Mas afirma que isso não o impede de relacionar os processos já publicados com outros documentos e com a realidade histórica da Inquisição, procurando compreender o que realmente se passou para formular uma hipótese onde caibam e se expliquem mutuamente os factos apurados.

Recorre então a um estratagema sob a forma de uma sugestiva analogia: os paleontólogos que reconstituíram o esqueleto do dinossauro não precisaram de dispor de todos os ossinhos que o constituíram: imaginaram-no a partir de alguns fragmentos; Révah seria como um sábio dispo de mil ossinhos de um animal desaparecido que tinha 30000, mas incapaz de os montar. Por isso, os mil processos da Inquisição que estudou não lhe teriam inspirado uma única ideia. E termina aconselhando Révah a confinar-se ao seu papel de coleccionador e documentalista em vez de fazer cenas de ciúmes quando outros fazem aquilo de que ele não é capaz.

Saraiva coloca-se assim no papel do espírito criativo que levanta hipóteses catalizadoras para a compreensão da história, face a outros que, como Révah, investigam e acumulam dados sem nunca entender o seu real significado.

(2) A resposta em forma de diálogo de Saraiva é mais uma escolha formal do que funcional: os nomes dos protagonistas não parecem ter qualquer conotação metafórica nem se apresentam em oposição um ao outro. Um, o Afonso, levanta as dúvidas (que Saraiva naturalmente gostaria de ver discutidas) e o outro, David, fornece os esclarecimentos necessários. É uma

fórmula habilidosa usada por Saraiva para pôr na boca de outros os seus próprios argumentos.

A primeira questão levantada tem a ver mais uma vez mais com o método de fazer história. E aqui outro argumento surge contra Révah: além dos mil processos que estudou lhe não terem servido para deles extrair uma única ideia original, o método de amostragem foi incorrecto uma vez que utilizou os Arquivos como uma espécie de “chancelaria emissora de documentos” para estudar certas famílias marranas recorrendo ao método da “pesca à linha”. E Saraiva (pela boca de David) ilustra este argumento através de outra sugestiva analogia muito ao seu estilo: *“Com uma mão cheia de areia eu posso ter uma amostragem de areia de toda a praia; mas se eu escolher só os grãos brancos posso juntar toneladas de areia para demonstrar uma ideia infinitamente mais falsa que a que resultaria de um punhado dela”*.

Mas há outra questão, suscitada pelas críticas de Révah, que se situa no centro de toda esta controvérsia: *“É legítimo que Saraiva apresente uma teoria da Inquisição sem ter estudado os processos da Torre de Tombo?”* Segundo David, o que Saraiva pretendeu foi compreender “porquê” e “para quê” apareceu a Inquisição em Portugal. Recorreu por isso aos dois principais livros sobre o assunto, da autoria de Alexandre Herculano e Lúcio de Azevedo, “dois monumentos de erudição e crítica histórica” mas cujas respostas àquelas perguntas não o satisfaziam: enquanto Herculano viu na Inquisição o produto de uma aliança entre o centralismo monárquico e o poder clerical, ou seja, entre “o despotismo e a intolerância”, Lúcio de Azevedo, dominado pelo preconceito anti-semita, atribuiu à Inquisição um papel de união nacional contra o elemento “corrupto e corruptor”. Saraiva, além dos documentos processuais publicados por estes e por outros autores, utilizou os chamados *“textos institucionais”* (Regimentos, Editais, Notícias Recônditas, etc.). Com tudo isto foi-lhe possível relacionar a documentação publicada com o contexto económico, social e cultural em que a Inquisição nasceu e se desenvolveu, e propor uma nova interpretação dos factos.

Respondendo ainda a Révah, David afirma que Saraiva nunca terá defendido que a documentação inquisitorial era desprovida de qualquer valor para o historiador. O que disse foi que no que respeita *“à acusação de heresia, os processos inquisitoriais são altamente suspeitos, como o são aliás todos os processos ideológicos”*.

Ao longo do diálogo são apresentados diversos contra-argumentos para contrariar cada uma das críticas de Révah relacionadas com factos históricos. Mas é particularmente interessante a resposta dada por David à acusação que Révah faz a Saraiva de aplicar de forma simplista a “luta de classes” ao problema da Inquisição. Começa por usar um argumento *ad hominem* sugerindo que Révah, acerca disto, só sabe que “luta de classes” é “um tema melindroso” na conjuntura da contestação universitária francesa da época e que, por isso, procura de todas as maneiras não se envolver

nessa questão referindo-se a ela apenas como uma “aplicação simplista”. E aproveita depois para tornar bem claro que, aquilo que Saraiva disse, foi “*que a assimilação rápida dos judeus convertidos (que se realizava sobretudo no seio da grande burguesia), dentro do processo económico em curso, dava ao conjunto da burguesia portuguesa uma força que ameaçava o grupo governante constituído pela nobreza tradicional e pelo clero; e que para obviar a esta situação o grupo dirigente resolveu restaurar uma discriminação, que tinha sido legalmente abolida em 1496, pela qual fechava dentro de um cordão sanitário todas as pessoas passíveis da acusação de cristãos-novos (ou antigos judeus), isto é, virtualmente toda a burguesia portuguesa; a Inquisição, não só pelos seus autos-de-fé, como também pelos seus arquivos de limpeza de sangue, foi o instrumento dessa descriminação*”.

O2

Depois da publicação do “Diálogo”, várias cartas são trocadas entre os intervenientes. Révah começa por reagir com desagrado à maneira como a Redacção do Diário de Lisboa conduziu esta polémica e, sobretudo, ao “Diálogo” em que Afonso e David (“entes quiméricos” fabricados pelo Sr. Saraiva) atacam com “a falta de boa-fé do seu progenitor” tentando justificar o inqualificável “método dum pseudo-historiador”. A. J. Saraiva anuncia que, para ele, está terminada a polémica, enquanto Révah, noutra carta, ao mesmo tempo que reafirma a sua crença na “*existência de uma ciência histórica que nada tem a ver com as ideologias dos seus diversos cultores*”, invoca ao Diário de Lisboa o seu direito de resposta, que será publicada depois em vários números do jornal.

Nessa resposta Révah classifica “Inquisição e Cristãos-Novos” como “um libelo demagógico contra a Inquisição, escrito por um ideólogo-catavento, absolutamente incompetente no assunto”. Além disso considera que o “Diálogo” entre Afonso e David não passa de uma grosseira deturpação de textos e de teses importantes.

Mas depois destes desabafos mais ou menos insultuosos Révah retoma questões de fundo. As relações entre a historiografia e a ideologia vão servir para ele atacar mas também para se defender. Assim, começa por denunciar o dogmatismo historiográfico de Saraiva ao citar uma passagem duma sua entrevista em que afirmara: “...a história é um campo muito propício às ideologias, assim como às utopias relativas ao futuro. Em geral, os livros de história são uma ordenação dos factos passados segundo uma ideologia que se formou posteriormente a eles. São portanto formas de dar às ideologias aparências científicas”. Perante este “brinde” Révah contra-ataca, denunciando as “historiografias-escravas-das-ideologias” e fazendo referências dissimuladas e claramente depreciativas às ligações de Saraiva

à ortodoxia comunista: “...para o Sr. Saraiva tudo se passa como se cada ideologia contratasse e integrasse nos seus serviços de propaganda uns tantos funcionários chamados historiadores que tivessem por missão, mediante uma ordenação tendenciosa dos factos do passado histórico, emprestar aparências de ciência à mesma ideologia”.

E aproveita ainda para se defender da insinuação de Saraiva acerca do “melindre” que o assunto “luta de classes” constituía na “conjuntura de contestação universitária em França”. Diz ele que as instituições onde trabalhou se mantiveram incólumes à contestação; que sempre pensou que a teoria da luta de classes não explica a totalidade da História, muito menos da cultura judaica. Révah joga aqui à defesa tentando salvaguardar a sua reputação e a sua imparcialidade. Mas termina com mais um argumento *ad hominem* ao considerar “desleal julgar o valor explicativo de qualquer teoria pela sua aplicação em livrecos ridículos e demagógicos” como o do Sr. Saraiva.

Révah procura depois desmontar os factos históricos apresentados por Saraiva. Acusa-o de desconhecer fontes importantes e recorre ao argumento de autoridade ao invocar José Alcambar, “crítico muito atento à história das lutas sociais” que teria demonstrado ser possível “aplicar o esquema da luta de classes ao problema em discussão de maneira não simplista, sem se cair no ridículo de negar dogmaticamente a existência de uma etnia neocristã e de uma religião criptojudáica em Portugal...”

E retoma o mesmo argumento de autoridade ao citar Jofre Amaral Nogueira: “A. J. Saraiva adoptou posições muito extremas simplificadoras da realidade ao querer dar uma forma mais nítida e breve às suas teses”. E mais adiante: “uma teoria histórica que apenas se fundamenta no desenvolvimento económico ou mesmo socioeconómico realiza uma visão parcelar dos factos”.

Révah faz aqui uma distinção entre uma aplicação simplista e outra não-simplista da luta de classes recorrendo a testemunhos de outros que, na sua opinião, teriam mais peso e mais autoridade do que Saraiva.

Por fim procura demonstrar através do exame de alguns processos da Inquisição, a má fé e a ignorância de Saraiva considerando que muitas das suas afirmações não passam de “aldrabices”.

O3 (Epílogo)

Depois desta resposta de Révah era de esperar que a controvérsia terminasse, tanto mais que Saraiva anunciara já não estar disponível para prosseguir. Contudo, em 1985 aparece a 5ª edição de “Inquisição e Cristão-Novos” que vem acompanhada de um prólogo de A. J. Saraiva que tem o seguinte título: “Sobre o método historiográfico”.

Révah tinha falecido em 1973 e Saraiva apenas se refere a ele de passagem, como “um erudito francês especialista de questões relacionadas com o Judaísmo” que teria impugnado as teses defendidas no seu livro. O texto do prólogo pretende ser uma reflexão sobre os problemas do método histórico e não contém qualquer referência ofensiva ou desrespeitosa dirigida àquele que é citado como “o erudito Révah”.

Saraiva retoma então, em três breves páginas, os dois temas centrais da controvérsia: o método historiográfico e a relação da historiografia com a ideologia.

Começa por se referir, mais uma vez, à sua interpretação dos documentos da Inquisição que para ele são *autênticos* mas não são *verdadeiros*. As declarações dos inquisidores acerca das suas próprias motivações, não podem ser aceites porque são justificações subjectivas que pertencem a um outro processo, o “processo historial”. Se um réu declarou que praticou jejuns judaicos isso apenas prova que declarou, mas não que os tenha realmente praticado. Saraiva espanta-se mais uma vez com o facto de os historiadores, à excepção de Herculano, terem tomado à letra as declarações dos inquisidores. E, usando uma petição de princípio, afirma que para ele o problema não está nos documentos mas na perspectiva em que são colocados. Por isso o historiador deve conhecer as várias peças da sociedade de maneira a resolver com elas um jogo de *puzzle*.

Mas isso implica duas regras. A primeira é que o historiador não seja um especialista que conheça apenas certos componentes da sociedade e que ignore os outros. A segunda é que siga aquilo a que Saraiva chamou o método *sincrónico*. Foi este método que lhe permitiu ajustar as diferentes peças da sociedade dos séculos XVI e XVII para perceber o que de facto significou o aparecimento da Inquisição e levantar uma hipótese acerca da função que desempenhou na sociedade portuguesa. Desta forma procurou sair do domínio da subjectividade dos inquisidores para o da objectividade do observador.

E Saraiva termina lamentando que nem todos tenham compreendido a sua intenção e lhe tenham atribuído, erradamente, “um ponto de vista economicista unilateral (marxizante)”. E termina assim: “*As razões económicas são apenas uma das peças do puzzle que tratamos de ajustar*”.

COMENTÁRIOS FINAIS

Assim terminou esta controvérsia entre A. J. Saraiva e I. S. Révah acerca do problema da Inquisição portuguesa e dos cristãos-novos. Atravessada por um tom apaixonado em que os insultos se misturaram com argumentos e estratégias de vários tipos, acabou sem que, aparentemente, algum deles tenha vencido. Mas, como todas as controvérsias, saldou-se por um

importante ganho cognitivo acerca de duas formas distintas de encarar a historiografia e acerca do papel das ideologias na interpretação da História. A. J. Saraiva revela-se como um espírito brilhante e criativo, tanto nas hipóteses interpretativas da História como nos argumentos que esgrime. Mas refém das suas ligações, no passado, ao materialismo dialéctico, sente o incómodo de algumas posições demasiados radicais, procurando aligeirá-las e interpretá-las à luz de uma visão mais moderada, não se furtando, contudo, ao uso de insultos e de estratagemas mais ou menos habilidosos para fazer vingar as suas razões.

I. S. Révah apresenta-se aqui com a imagem rígida do erudito que considera intolerável que outros, que não mergulharam como ele na poeira dos arquivos históricos, lhe invadam o território. O seu tom insultuoso e intolerante e o recurso frequente à “petição de princípio” e ao argumento de autoridade, acabam por enfraquecer e ofuscar a sua respeitável defesa da investigação documental como espinha dorsal de toda a historiografia.

Livros que serviram de base à elaboração deste texto

- A. J. Saraiva -- A Inquisição Portuguesa (3ª ed.). *Colecção Saber*.(1964)
- Inquisição e Cristãos-Novos (3ª ed.). *Editorial Inova*
- Inquisição e Cristãos-Novos (6ª ed.). *Editorial Estampa*

Textos consultados

- Marcel Dascal – Types of polemics and types of polemical moves.
- Epistemology, controversies, and pragmatics.
- The Malthus-Ricardo correspondence.
- A polémica na ciência. *In* “A ciência tal qual se faz”

Lisboa, 5-7-2004

A. J. Barros Veloso